

Prefácio

Ellen F. Woortmann



Esta coletânea resulta de uma longa e frutífera trajetória acadêmica, no decorrer da qual os temas gênero e geração no universo rural foram (re)construídos.

O início do que posteriormente foi denominado de estudos de gênero pode ser identificado nos anos 1930 e 40, nas pesquisas de Ruth Landes em Salvador e Rio de Janeiro. Suas pesquisas em/sobre grupos afro-descendentes, mães e filhas de santo e homossexualidade masculina eram originais para a Antropologia do Brasil de então porque desvendaram dimensões de grupos populares até então pouco visibilizados. A publicação do seu livro *A cidade das mulheres* ocorreu somente em 1967 no Brasil, portanto duas décadas após a publicação do seu original em inglês.

Nessa perspectiva, dando continuidade às pesquisas sobre o *status* de mulheres na sociedade brasileira, Klaas Woortmann concentra sua análise na organização social de um bairro da periferia de Salvador, no qual matriarcas são as principais responsáveis pela configuração de redes sociais. Nessas pesquisas ele discute a matrifocalidade e a díade mãe e filhos de forte presença em grupos afro-descendentes. Essa temática foi retomada nos anos 2000 sob o

conceito de monoparentalidade. Em 1974, ele apresenta sua tese de doutorado, cujo título original, *Marginal men and dominant women*, é publicado em 1987 como *A família das mulheres*.

É interessante observar que até então, na Antropologia, os temas ligados à mulher ou à esfera feminina limitavam-se, via de regra, a algum capítulo na parte final do livro, emcompassados sob a temática da família, da alimentação e eventualmente de rituais e de religiosidade. Mesmo antropólogas alicerçadas em teorias da época pouco se detinham na análise do universo feminino ou de gerações numa clara naturalização da ótica masculina. Em alguns casos, como o de Margarida Moura e eu própria, quando analisamos a questão da herança entre camponeses, a mulher passa a ser percebida como parte do modelo, ainda que não como sujeito.

Nos anos 1980 e 90, o tema gênero propriamente dito atinge visibilidade e força com a criação de grupos e núcleos de pesquisa que, discutindo universos urbanos, contam com o apoio de instituições tais como a Fundação Ford, PNUD, Fundação Carlos Chagas e o CNPq. São desse período os hoje estudos clássicos de Ruth Cardoso e Eunice Durham, da USP, de Noemi Brito e Cláudia Fonseca, da UFRGS, de Lia Machado, Lourdes Bandeira e Mireya Suarez, da UnB, de Verena Stolcke, Mariza Correa, Guita Debert, Peter Fry e Suely Koffes, da UNICAMP, Albertina de Oliveira, Maria Cristina Bruschini e Cyntia Sarti da FCC, bem como Miriam Grossi e Carmen Rial, na UFSC.

Temas como mulher, homo/sexualidades e violência, chefias femininas, os papéis por elas desempenhados em espaços definidos como masculinos (exército, bombeiros, delegacias comuns e especializadas, instituições hospitalares, etc.) na família e nos movimentos sociais passam a ser recorrentes. A rigor, são temas analisados por antropólog@as de classe média urbana que, desnaturalizando dimensões de sua condição de gênero e geração desenvolvem, por um lado, novas e importantes contribuições teóricas e, por outro, novas e mais engajadas propostas de luta feminista. Esse quadro recebe novo impulso e reconhecimento governamental com a criação, em 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, que uma década depois passa a ter *status* de ministério como Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM.

No âmbito dessa visibilização e empoderamento, através da ABA consolidam-se eventos como o Teorias Avançadas de Gênero e

os Encontros Internacionais Fazendo Gênero - já em sua VIII edição. Nesse campo estabelecem-se também fusões e diálogos altamente produtivos com outros grupos de ativistas, nos quais novos direitos passam a ser reivindicados, tais como aqueles à saúde reprodutiva, às questões de religião, às identidades transgêneros, etc.

No universo dos estudos rurais ou das sociedades camponesas, a dimensão de gênero e geração pode ser identificada de forma implícita ou indireta desde os estudos de Chayanov, os quais serviram de base para a maior parte das pesquisas das décadas de 1960 e 70. Nessa perspectiva, os camponeses eram analisados enquanto famílias/grupos domésticos de produtores e consumidores de alimentos cujos excedentes de força de trabalho e produção eram destinados para as camadas populares urbanas. Nessa ótica, a mulher era subsumida e emcompasada pela família, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal, e em seus e eventuais agregados. Nesse quadro, depois teoricamente seguido por Galeski e Tepicht, a mulher camponesa nas pesquisas era percebida como limitada à esfera doméstica, responsável pelo consumo familiar, enquanto o marido/pai era definido como principal responsável pela reprodução da produção.

Em 1981 Parry Scott defende sua tese *Between captivity and the middle of the world: migration and household organization among rural workers in Brazil*, com a qual ele e seus alunos iniciam uma série de pesquisas sobre a família e grupos domésticos no Nordeste, tanto nas periferias de grandes cidades, quanto em áreas rurais. Sob sua orientação, várias dissertações e teses enriqueceram/aprofundaram teórica e etnograficamente as discussões sobre gênero e geração.

É interessante que nos anos 80 as discussões de gênero e geração no universo rural ainda não haviam atingido peso próprio: nas reuniões da ABA e ANPOCS, por exemplo, os GT's de família eram compartilhados com os pesquisadores que trabalhavam com grupos urbanos.

Nessa década várias pesquisadoras iniciaram suas trajetórias de estudos sobre gênero e geração. Ainda que nem sempre centradas neles, esses estudos foram fundamentais para o desenvolvimento acadêmico ao mesmo tempo em que sua participação em movimentos sociais foi fundamental para a o desenvolvimento de políticas públicas,

através do qual uma série de conquistas foi alcançada pelas mulheres rurais. Dentre as pesquisadoras destacam-se Lena Lavinas, Angélica Maués, Annita Brummer, Maria Ignez Paulilo, Beatriz Heredia, Emilia de Godói, Vera Ferrante, Maria Aparecida Moraes, Margarida Moura e Maria José Carneiro. Seguiram-se a estas, já nos anos 90, Renata Menasche, Arlene Renk, Andrea Butto, Rosineide Cordeiro, Maristela Andrade, Cristina Wolff e outras.

Vale ressaltar que um estímulo importante para o desenvolvimento desses estudos foi a iniciativa do PNUD de financiar pesquisas que, num diálogo multidisciplinar, reuniram o trabalho de profissionais da Antropologia, Comunicação e Sociologia. Nosso foco era revelar, através de textos, exposições e filmes, a mulher em comunidades tradicionais, cuja imagem pública, identidade, era viricentrada: pescadores no Nordeste e seringal na Amazônia.

Buscou-se nesses estudos, mais especificamente, de um lado, revelar os vários papéis desempenhados pelas mulheres, as diferenças de percepção conforme as gerações, a relação entre degradação ambiental e degradação social feminina e a participação dessas mulheres como agentes, pela complementaridade, do processo de produção. Por outro lado, numa interessante metodologia participativa, nossos projetos buscaram conscientizar homens e mulheres locais da importância dessas últimas para a sua reprodução social e econômica. No entanto, numa clara expressão da época, aspectos tais como violência e sexualidade, ainda que identificados, mereceram pouca atenção da instituição.

Mesmo que os estudos de gênero e geração no universo rural ainda não tenham se consolidado plenamente, algumas iniciativas contribuem para sua visibilização enquanto área específica de estudo e de empoderamento das próprias mulheres rurais. A configuração da presente coletânea é uma delas.

Uma outra iniciativa foi a criação, pelo MDA/Nead em convênio com o PPIGRE e ABA e outras associações, em 2005/2006, do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero. Tomamos como inspiração a líder rural morta e a atuação forte e consciente do movimento de mulheres rurais homônimo. Essa premiação, em sua 3ª edição, contempla artigos acadêmicos e promove o registro de relatos de

experiências e memórias de mulheres rurais abordando tanto temas mais tradicionais, como presença e atuação das trabalhadoras rurais na agricultura familiar, reforma agrária, políticas públicas, quanto mais específicos, como em movimentos sociais, saberes tradicionais, sexualidade e violência.

Estudos atuais, tal como os da presente coletânea, estão apontando para temáticas novas ou desde uma perspectiva renovada. Assim, a articulação entre o aporte teórico da pluriatividade ou das mudanças sócio-culturais, ou a relação meio ambiente e gênero trazem contribuições importantes.

De forma análoga, as especificidades de grupos de idade rurais, idosos e jovens, por exemplo, se anteriormente eram analisados no contexto da família camponesa, na dinâmica dos grupos domésticos, hoje possuem o *status* de objeto específico, no qual novos papéis, espaços e contextos simbólicos e sociais são incluídos. Se antes os estudos se detinham sobre o potencial produtivo desses atores, seus acervos de conhecimentos tradicionais ou incorporação de novos, hoje se discute também, por exemplo, questões de saúde, o seu dilema entre sair ou ficar com as peculiaridades de seus projetos de migração, seu papel econômico face à renda obtida pela aposentadoria, novas modalidades de trabalho assalariado, auxílios e rendas complementares governamentais, etc.

De forma análoga, se antes as pesquisas sobre sexualidade, como as nossas, enfocavam-na desde a ótica da família e reprodução social ou em sua analogia com o processo produtivo e mesmo dimensões das homossexualidades rurais eram relacionadas ao contexto da migração rural, hoje, em face das novas situações de campo encontradas e o avanço da teoria, esses temas passaram a serem visibilizados, tornando-os objeto específico.

Concluindo, percebe-se então, que ainda que os estudos de gênero e geração ainda não estejam consolidados no universo rural, uma das vias importantes para a sua consolidação é essa.

Iniciativas, caminhos como a presente coletânea trazem novos aportes e incitam a novas pesquisas. Na identificação/criação de novos atores sociais e cenários de relações rurais, várias políticas públicas específicas para pequenos produtores rurais estimulam a busca pelo

entendimento/aprofundamento de situações cada vez mais complexas, tais como impactos diferenciados de gênero e geração, as especificidades de migrações diferenciadas, a atuação de ONG's, por exemplo. São caminhos como os rurais, nem sempre fáceis, mas certamente desafios fascinantes, que esperam por todos nós!